



Fortaleza - CE

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2009

### NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH é uma Sociedade de Economia Mista de capital autorizado, criada pela Lei Estadual nº 12.217, de 18 de novembro de 1993, com a missão de gerenciar os recursos hídricos constantes nos corpos d'água superficiais e subterrâneos, de domínio do Estado do Ceará e da União, por delegação, de forma integrada, participativa e descentralizada, promovendo o seu uso racional, social e sustentado. O Governo do Estado do Ceará detém o controle acionário da sociedade com participação de 99,99 % do capital votante.

A COGERH é vinculada à Secretaria de Recursos Hídricos – SRH, sendo responsável pela operação, manutenção e monitoramento do que representa em torno de 90% da capacidade total de acumulação de água do Estado. São ao todo 131 reservatórios, dos quais 60 são gerenciados em parceria com o DNOCS e 71 são administrados diretamente pela COGERH, que ainda opera e mantém 16 estações de bombeamento, 320 km de canais e 300 km de adutoras e redes de distribuição. É responsável ainda, pelo gerenciamento do sistema de abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza, dos distritos industriais de Maracanaú, Pacajus, Pecém e do sistema de captação e adução para as áreas de Salitre, Campos Sales e Araripe.

Além dessa infra-estrutura hídrica, desde o exercício de 2005 a COGERH está com a responsabilidade de operar e manter o primeiro trecho do Canal da Integração que possui 54,7 km de extensão e interliga os açudes Castanhão e Curral Velho, nos municípios de Jaguaribe e Morada Nova respectivamente.

### NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com os dispositivos constantes na Lei 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei 10.303/01, pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

## NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios contábeis adotados pela Companhia estão demonstrados a seguir:

### a) Aplicações Financeiras

São registradas ao custo, acrescidas mensalmente pelos rendimentos auferidos. Calculados de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras. Atualmente as Aplicações Financeiras da Companhia garantem um retorno mínimo de 98% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

### b) Clientes

Estão incluídos os serviços medidos e faturados ainda não recebidos, e as receitas decorrentes de instalação de hidrômetro, contabilizadas pelo regime de competência. Na nota explicativa n.º 5, detalhamos esta rubrica por categoria de cliente. Tendo em vista ter sido verificado o alto grau de possibilidade de que não houvesse a adimplência por parte de alguns clientes, e por sugestão dos auditores independentes, a Diretoria Administrativa Financeira da COGERH realizou um levantamento no início de 2009 quanto aos créditos de liquidação duvidosa registrando um valor montante de R\$ 947.729, não tendo sido verificado nenhuma recuperação até o final do balanço de 2009. No entanto, a Companhia realizará estudos com vistas a verificar a possibilidade de recuperar esses créditos ou caso não seja possível, baixar definitivamente como créditos irrecuperáveis.

### c) Estoques

Correspondem a bens em almoxarifado como, materiais de consumo e limpeza, de expediente, materiais para utilização em manutenção de estruturas hídricas, materiais elétrico, hidráulico e de construção, peças e equipamentos de informática e estão avaliados pelo custo médio de aquisição.

### d) Investimentos

São registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

### e) Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação vem sendo calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, mencionadas na nota explicativa n.º 7. A



Companhia deverá proceder estudos em 2010 com a finalidade de redimensionar os valores do ativo imobilizado registrados nas demonstrações contábeis conforme Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC nº. 27.

f) Diferido

O grupo chamado “Ativo Diferido” não será mais utilizado conforme alterações introduzidas pela Lei nº. 11.941 de 2009. Conforme o art. 38 da lei 11.941, que alterou o art. nº. 299 da Lei 6.404/76, “o saldo existente em 31 de dezembro de 2008 no ativo diferido que, pela sua natureza, não puder ser alocado a outro grupo de contas, poderá permanecer no ativo sob essa classificação até sua completa amortização”. Neste foi registrado ao custo de aquisição despesas que influenciam na formação do resultado de mais de um exercício social e que, portanto, não foram reconhecidas integralmente no exercício em que foram realizadas. A amortização vem sendo realizada pelo método linear à taxa de 20 %.

g) Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, utilizando-se como base os índices definidos legalmente ou em contrato. A conta empréstimo a empregados consiste no cumprimento de acordo coletivo que prevê a concessão por parte da Companhia de empréstimo aos seus empregados por ocasião do gozo de férias no mesmo valor do salário, a ser pago pelo empregado em 10 parcelas. Na Rubrica de Adiantamento a fornecedores no ativo circulante, em torno de 86% do valor corresponde a repasses efetuados a título de convênios com entidades científicas de pesquisa e sem fins lucrativos. Tais entidades realizam prestações de contas dos valores recebidos de acordo com as normas do estado. Abaixo detalhamos melhor a conta Adiantamento a Fornecedores:

CONTA CONTÁBIL	SALDO RS
Centro de Pesquisa e Qualidade Tecnológica	82.542
ASTEF – Associação Técnico Científica Engenheiro Paulo Frontin	205
Fundação de Apoio a Serviços de Tecnologia e Ensino	14.989
Fundação Cearense de Meteorologia	106.493
DEMAIS FORNECEDORES	33.308

FW  
UMF



Total no Ativo Circulante	237.537
Ativo não Circulante	29.522
<b>Total Geral</b>	<b>267.059</b>

A conta de depósitos judiciais, consiste em valores que são depositados judicialmente como garantia em causas judiciais. Ela está composta da seguinte maneira:

CONTA CONTÁBIL	SALDO RS
Ações Trabalhistas	15.519
Recursos COFINS	78.042
Recursos PIS	28.733
COBAP Com. E Beneficiamento Artef. de Papel Ltda	250.462
<b>TOTAL</b>	<b>372.756</b>

h) Provisões para Contingências

Provisões para contingências relacionadas a processos cíveis, trabalhistas e tributários, nas instâncias administrativa e judicial, são reconhecidas tendo como base as opiniões dos assessores jurídicos e as melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes nas datas dos balanços patrimoniais.

i) Passivo Circulante e Passivo não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são apresentados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

São apurados com base no lucro real anual, com recolhimentos mensais mediante estimativa ou levantamento de balancetes de redução ou suspensão, às alíquotas vigentes, sendo 15% para o IRPJ mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação do Imposto de Renda; para a Contribuição Social alíquota de 9%. A COGERH optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pela Lei nº. 11.941, de 27 de maio de 2009 o qual ordena que as alterações introduzidas pela Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pelos



arts. 37 e 38 da Lei 11.941, de 2009, que modifiquem o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na escrituração contábil, para apuração do lucro líquido do exercício definido no art. 191 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real (base do IRPJ) e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A Companhia utilizou-se ainda de incentivos fiscais como o do Programa de Alimentação do Trabalhador. Segue abaixo apuração do IRPJ e CSLL:

IRPJ Mensal recolhido .....	R\$	- 533.899
IRRF s/aplicações financeiras .....	R\$	- 196.110
IRRF retido por terceiros.....	R\$	- 1.432
<u>IR Anual período 2009.....</u>	<u>R\$</u>	<u>462.720</u>
Saldo Negativo.....	R\$	-268.722

CSLL Mensal recolhido.....	R\$	- 473.598
CSLL retido por terceiros.....	R\$	- 309
<u>CSLL anual do período 2009.....</u>	<u>R\$</u>	<u>179.528</u>
Saldo Negativo.....	R\$	- 294.380

k) Apuração dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas com observância ao regime de competência.

**NOTA 04 - DISPONIBILIDADES**

Os saldos de disponibilidades em moeda nacional estão relacionados a seguir:

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	2009	2008
		R\$	R\$
Banco do Brasil	BB RF LP CORP 1MILHAO/ CDB DI SWAP/ CDB DI	23.382.090	19.412.438
<b>Caixa e Bancos</b>		<b>2.549.612</b>	<b>2.578.142</b>
Banco Bradesco		-	-
Banco do Brasil		2.549.018	2.576.274
Fundo Rotativo		594	1.868
Numerários em Trânsito		-	-
<b>TOTAL</b>		<b>25.931.702</b>	<b>21.990.580</b>

*Handwritten signature/initials*



## NOTA 05 - CONTAS A RECEBER

A Companhia tem procurado realizar negociações com os devedores ao analisar os débitos dos seus usuários, propõe aos devedores uma negociação da dívida com o pagamento parcelado da mesma, mediante um termo de acordo. Tal transação é registrada na Contabilidade na rubrica Parcelamentos, sendo baixada das Contas a Receber, conforme processo devidamente formalizado. Em 2009 a Companhia passou a integrar a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado do Ceará impossibilitando o repasse de recursos aos municípios que estejam inadimplentes com a Companhia. Como consequência, muitos clientes da categoria de Saneamento Público, mais especificamente os Serviços de Abastecimento de Água e Esgoto (SAAE), procuraram a Companhia com a finalidade de regularizar sua situação. A grande maioria está negociando a dívida através de parcelamento.

<b>CONTAS A RECEBER DE</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>USUÁRIOS</b>	<b>RS</b>	<b>RS</b>
Abastecimento Público	6.389.458	5.856.898
Indústrias	897.698	719.482
Piscicultura	27.695	34.465
Carcinicultura	704.853	696.040
Irrigação	858.621	794.226
Água Mineral	38.908	30.637
Outras Categorias	5.082	4.679
<b>Subtotal</b>	<b>8.922.315</b>	<b>8.136.427</b>

  

<b>PARCELAMENTO DE</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>CONTAS</b>	<b>RS</b>	<b>RS</b>
Abastecimento Público	235.078	143.564
Indústrias	99.081	110.751
Piscicultura	26.961	-
Carcinicultura	59.494	55.418
Irrigação	81.731	83.668
<b>Subtotal</b>	<b>502.345</b>	<b>393.401</b>
<b>Total</b>	<b>9.424.660</b>	<b>8.529.828</b>
Provisão p/créditos de Liquidação duvidosa	947.729	947.729
<b>Valor Líquido de Clientes</b>	<b>8.476.931</b>	<b>7.582.099</b>

## NOTA 06 - ESTOQUES

<b>ESTOQUES</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
-----------------	-------------	-------------

*Handwritten signature*



	RS	RS
Material de Consumo e Limpeza	14.311	6.497
Material de Expediente	40.054	22.872
Pecas e Equipamentos de Informática	44.086	21.277
Material de Construção	18.482	351
Gasolina	1.396	45.320
Manutenção de Veículos	8.413	2.129
Óleo Diesel-Biodiesel	0	18.432
Óleo para Barco	854	1.402
Material Elétrico	18.848	16.884
Segurança e Medicina do Trabalho	3.102	3.513
Ferramenta e Utensílios	513	987
Material Mecânico	16.587	56.848
Combustível-Ticket	6.782	-
Material Hidráulico	111.952	96.767
<b>Total</b>	<b>285.380</b>	<b>293.279</b>

#### NOTA 07 - IMPOSTOS A RECUPERAR

A Companhia possui valores de natureza tributária passíveis de recuperação tanto por meio de compensação, como por ressarcimento ou simples dedução. São créditos decorrentes de saldo negativo formado em períodos diversos, créditos de PIS e de Cofins conforme Lei n.º 10.833/2003, e de valores pagos a maior ou indevidamente. Abaixo segue a discriminação:

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	2009	2008
	RS	RS
PIS a Recuperar	15.689	29.514
COFINS a Recuperar	40.371	147.776
CSLL a recuperar (retida de terceiros)	1	11
IR Mensal (saldo negativo IR 2007)	8.666	8.666
Processos PGFN	0	163.900
PIS A Compensar	433	433
IR Mensal Pago Indevidamente	561	561
Saldo Negativo IR 2006	37.392	46.315
Saldo Negativo IR 2001	80	80
Saldo Negativo IR 2009	268722	0
Saldo Negativo CSLL 2008	88.924	88.914
Saldo Negativo CSLL 2009	294380	0
Contribuições	47.263	47.263
Tributos PROGERIRH	26.272	26.272
ISS	746	743
INSS Retido de Pessoa Física	2.610	2.610
INSS Retido de Pessoa Jurídica	5.578	5.578
IRRF Recolhido a Maior	126	126



**Tributos Recuperáveis** 837.814 568.762

A companhia mantém um acompanhamento em relação aos créditos fiscais de maneira a se utilizar, sempre que poder, dos mesmos para quitação de outros passivos tributários.

#### NOTA 08 - DEPÓSITOS EM GARANTIA

Sendo a COGERH uma sociedade de economia mista, submete-se à Lei 8.666/93, podendo assim, ao contratar com determinada empresa, exigir um valor a título de garantia que venha a resguardar o ente da administração pública. Os valores constantes na conta contábil denominada “Depósitos em Garantia”, registram esses referidos valores dado como garantia por ocasião do firmamento do contrato, os quais serão devolvidos após o término do mesmo. Tais depósitos são contabilizados no ativo em contrapartida no passivo, visto o recurso não pertencer a Companhia.

A composição do saldo desta rubrica é a seguinte:

<b>GARANTIAS</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
	<b>RS</b>	<b>RS</b>
Coesa Contabilidade e Assessoria S/A	-	3.263
Netlan	3.858	3.588
Lar Antônio de Pádua	634.484	578.527
TOTVS	58.181	53.042
<b>Total</b>	<b>696.523</b>	<b>1.193.358</b>

#### NOTA 09 - COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

No final do ano de 2004 foi identificado um desvio de verbas realizado pelo Diretor Financeiro da época, o que motivou a criação duma comissão de sindicância para apurar o montante desviado. Após a apuração do valor de R\$ 400.308 o mesmo foi registrado numa conta contábil sob título de “Comissão de Sindicância”. À referida ocorrência foi dada a devida publicidade, depois de realizadas as apurações





pertinentes. Atualmente existem ações judiciais cíveis e penais, contra o ex-diretor com vistas à obtenção do ressarcimento do valor desviado.

#### NOTA 10 - CONVÊNIOS

Referem-se a repasses financeiros decorrentes de convênios firmados entre o BIRD, BNDES e o Governo do Estado do Ceará e Governo Federal, destinados a COGERH e por ela administrados. Em 2008 e 2009 a Cogerh recebeu recursos de Convênios firmados no final do ano de 2007 com o Ministério da Integração, com a Agência Nacional de Águas e com a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará.

CONVÊNIO	VALOR RECEBIDO RS	CONTRA- PARTIDA DA COGERH	VALOR UTILIZAD O ATÉ 31/12/2009	SALDO
014/2007 ANA Implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos – PROAGUA NACIONAL.	1.209.657	249.368	861.961	597.063
022/2007 Ministério da Integração Recuperação de Barragens no Estado do Ceará	400.053	56.194	453.597	2.650
10/2008 SRH-CE Execução de Obras de melhoria do canal do Ererê.	398.528	-	398.528	0
12/2008 SRH-CE Execução de obras para ampliação do sistema açude Gavião/adutora Acarape.	1.540.028	703.560	637.952	1.605.636
13/2008 SRH-CE Execução de projeto para integração do açude Pacajus ao trecho IV do eixo Castanhão – RMF.	302.173	-	110.346	191.827
05/2002 PROGERIRH SRH –CE Atividades de Implementação e fortalecimento dos comitês de bacia hidrográfica e apoio à organização de usuários de água bruta da COGERH.	235.943	15.029	385.972	0
002/2008 ANA	812.315	32.950	17.227	828.038



Atividade de apoio institucional para ações de cadastro, outorga e regularização de uso dos recursos hídricos do Estado do Ceará.

**TOTAL** 4.086.382 244.822 1.631.440 2.699.764

## NOTA 11 - IMOBILIZADO

<b>ATIVO IMOBILIZADO</b>	<b>Taxa</b>	<b>2009 RS</b>	<b>2008 RS</b>
<b>1 - Obras e Estruturas Básicas</b>		<b>62.708.766</b>	<b>60.961.479</b>
1.1 - Obras Civis		<b>317.371</b>	<b>317.371</b>
1.1.1 Comporta Móvel do Rio Curu	4%	124.043	124.043
1.1.2 Passagens molhadas	4%	193.328	193.328
1.2 - Captação de Água na Superfície		<b>12.719.793</b>	<b>12.719.793</b>
1.2.1 Açude Público Castro	4%	3.031.264	3.031.264
1.2.2 Açude Público Jerimum	4%	2.086.623	2.086.623
1.2.3 Açude Angicos	4%	3.087.570	3.087.570
1.2.4 Açude Público Ubandino	4%	4.514.336	4.514.336
1.3 - Captação de Águas Subterrâneas		<b>381.732</b>	<b>381.732</b>
1.3.1 – Poços Reservatórios	4%	341.900	341.900
1.3.2 – Const. de Poços em Rocha	4%	39.832	39.832
1.4- Distribuição de Águas na Superfície		<b>37.122.712</b>	<b>37.122.712</b>
1.4.1 Interligação-Pacoti/Riachão	4%	2.546.015	2.546.015
1.4.2 Adutoras	4%	28.298.983	28.298.983
1.4.3 Recuperação Canal Trabalhador	10%	6.277.714	6.277.714
<b>2 – Edificações</b>		<b>3.259.980</b>	<b>3.251.250</b>
2.1 Prédio da Administração	4%	3.137.333	3.137.333
2.2 Outras Construções	4%	122.647	113.917
<b>3 - Outros Imobilizados</b>		<b>6.921.568</b>	<b>6.524.050</b>
3.1 - Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10%	2.857.827	2.732.586
3.2 - Móveis, Utensílios e Instalações	10%	752.619	678.264
3.3 - Biblioteca	10%	0	0
3.4 - Instalações	10%	31.224	31.224
3.5 - Instrumentos, Ferramentas	10%	94.676	93625
3.6 - Semoventes	20%	3.133	3.133
3.7 - Veículos	20%	2.220.014	2.220.014
3.8 - Equipamentos de Informática	20%	962.075	765.204
<b>4 - Intangível</b>		<b>645.286</b>	<b>321.971</b>
4.1 Sistema Ponto Eletrônico		3.400	3.400
4.2 Sistema Informatiza ERP		615.315	299.000
4.3 Licença Software Visual Modflow		19.571	19.571
4.4 Software		7.000	0
<b>5 – Imobilização em andamento</b>		<b>1.340.324</b>	<b>322.600</b>



10,00

<b>6 - Depreciação Acumulada (-)</b>	%	<b>(26.918.515)</b>	<b>(23.540.008)</b>
6.1 - Depreciação e Amortização		(26.918.515)	(23.540.008)
<b>TOTAL</b>		<b>37.421.471</b>	<b>37.421.471</b>

## NOTA 12 - DIFERIDO

<b>ATIVO DIFERIDO</b>	<b>Taxa</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
	<b>%</b>	<b>RS</b>	<b>RS</b>
Modernização e Recuperação de Açudes		849.681	849.681
Obras de Recuperação de Estrutura Hídrica		4.958.522	4.958.522
Consultorias PROGERIRH		1.654.467	1.654.467
Consultorias PROAGUA		443.154	443.154
Consultorias ANA		368.379	368.379
(-) Amortização Acumulada	20	(5.306.887)	(45.65.101)
<b>Total</b>		<b>2.967.317</b>	<b>3.709.102</b>

A partir da Medida Provisória n.º 449 de 2008 convertida em n.º lei 11.941 de 2009, passou a ser proibida a contabilização no grupo chamado "Diferido".

## NOTA 13 - INTANGÍVEL

Uma das mudanças introduzidas pela Lei 11.638/2007 foi a criação de um novo grupo contábil dentro do Ativo Permanente, a saber, o grupo do Intangível. Este, na verdade, já existia como subgrupo do Ativo Imobilizado, porém, com as mudanças introduzidas, foi promovido a grupo de contas. Na COGERH, atualmente os registros neste grupo referem-se a direito de uso de licença de *software*.

## NOTA 16 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A COGERH responde a algumas causas judiciais surgidas no curso normal dos negócios, incluindo causas cíveis e trabalhistas. Baseado na posição de seus consultores legais foi registrado um montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas.

A assessoria jurídica da Companhia realizou um trabalho de levantamento e atualização dos valores contingentes nos processos, bem como a correta classificação desses processos de acordo com o risco de perda dos mesmos.

<b>CONTINGÊNCIAS</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
	<b>RS</b>	<b>RS</b>



CNPJ - 74.075.938/0001-07

Causas Cíveis	250.000	140.000
Causas Trabalhistas	195.558	195.558
<b>Total</b>	<b>445.558</b>	<b>335.558</b>

## NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2007 está representado por 66.891.110 ações ordinárias com valor nominal individual de R\$ 1,00 (um real), perfazendo um valor total de R\$ 66.891.110 (sessenta e seis milhões oitocentos e noventa e um mil, cento e dez reais), composto da seguinte forma:

ACIONISTAS	%	VRUNI T. RS	QUANTIDADE AÇÕES	VALOR RS
Estado do Ceará	99,99	1	66.891.011	66.891.011
Banco do Estado do Ceará - BEC	0,001	1	11	11
Cia. Água e Esgoto do Ceará- CAGECE	0,001	1	11	11
José Moreira de Andrade	0,001	1	11	11
Pedro José Freire Castelo	0,001	1	11	11
Francisco José Coelho Teixeira	0,001	1	11	11
César Pinheiro	0,001	1	11	11
Joaquim Cartaxo	0,001	1	11	11
René Barreira	0,001	1	11	11
Camilo Santana	0,001	1	11	11
<b>Total</b>	<b>100</b>		<b>66.891.110</b>	<b>66.891.110</b>

### b) Reservas

Constituída de recursos referentes a repasses do Governo do Estado para Investimentos, sendo R\$ 11.874.540 (Onze milhões, oitocentos e setenta e quatro mil e quatrocentos e quarenta reais), de subvenções do Governo do Estado do Ceará, através de convênio COGERH/PROGERIRH e R\$ 719.582 (setecentos e dezenove mil, quinhentos e oitenta e dois reais), provenientes de convênio COGERH/PROÁGUA. Com o advento da lei 11.638/2007, a conta de reserva de capital foi extinta, portanto,



os valores recebidos a título de subvenções governamentais não mais podem ser lançados nesta conta e sim transitarem pelo resultado.

c) Ajuste em exercícios anteriores

No ano de 2008 foram contabilizados como ajustes de exercícios anteriores os seguintes fatos:

- 1) Lançamentos a débito referentes ajustes refaturamentos no valor de R\$ 4.968 (quatro mil novecentos e sessenta e oito reais);
- 2) Lançamento a débito referente estorno de reconhecimento de receita referente a recursos recebidos de convênios utilizados para aquisição de imobilizado em 2008, no valor de R\$ 310.670 (Trezentos e dez reais e seiscentos e setenta reais);
- 3) Lançamentos a débito referente ajustes em créditos fiscais, no valor de R\$ 299.628 (Duzentos e noventa e nove mil seiscentos e vinte e oito reais);
- 4) Lançamentos a crédito referente ajustes em créditos fiscais, no valor de R\$ 114.716 (Cento e catorze mil e setecentos e dezesseis reais);
- 5) Lançamentos a débito referentes ajustes de estoque no valor de R\$ 24.549 (vinte e quatro mil quinhentos e quarenta e nove reais);
- 6) Lançamentos a débito referentes ajustes em contas de depreciação no valor de R\$ 198.518 (Cento e noventa e oito mil quinhentos e dezoito reais);
- 7) Lançamentos a crédito referentes ajustes em contas de depreciação no valor de R\$ 97.062 (noventa e sete mil e sessenta e dois reais)

Denilson Marcelino Fidelis

Contador

CRC-CE 015436/O-6

Francisco José Coelho Teixeira

Diretor-Presidente